

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.728 - SP (2019/0251426-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FRANCISCO JOSE ALVES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOÃO BATISTA BAITELLO JUNIOR - SP168287

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por FRANCISCO JOSE ALVES , com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (fls. 299-316 e-STJ).

Opostos aclaratórios, restaram desacolhidos (fls. 330-347 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 350-355 e-STJ), a insurgente alega violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15, porquanto não sanados os vícios apontados nos aclaratórios, bem como ao artigo 51 do CDC, sustentando a nulidade da cláusula-mandato.

Sem contrarrazões, o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório. Decide-se.

1. Consoante dispõe o Regimento Interno desta Corte Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa (artigo 9º, *caput*, do RISTJ).

Da análise dos autos, constata-se que a controvérsia refere-se a contrato de financiamento estudantil (FIES), sendo, portanto, a matéria afeta à Primeira Seção desta Corte (veja-se, por exemplo: **AgInt no REsp 1785695/PE**, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019; **AgInt no AREsp 593.449/AL**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 19/12/2018; **REsp 1757735/RJ**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 17/12/2018; e **AgInt no REsp 1607205/MT**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017).

Desse modo, sobressai a competência da Primeira Seção para julgamento da impugnação recursal, uma vez manifesta a natureza de Direito Público da relação jurídica litigiosa, à luz do disposto no artigo 9º, § 1º, inciso III, do RISTJ.

2. Do exposto, determina-se o encaminhamento destes autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para redistribuição.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator